

**ATA NÚMERO 177/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 22 dias do mês de maio de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 175 e 176, referentes às reuniões de 15 de maio (manhã e tarde, respetivamente).
2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 138/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD).
3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 142/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 127/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
5. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

6. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 398/XII/2.<sup>a</sup> (PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE) – 3.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação.
7. Apreciação e votação do parecer ao Relatório do Governo: Portugal na União Europeia – 2012.  
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).
8. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Eurogrupo – Resultados das apreciações aprofundadas realizadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011 sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2013)199].  
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
9. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação das atas n.º 175 e 176, referentes às reuniões de 15 de maio (manhã e tarde, respetivamente).**

As [atas n.º 175 e 176](#), referentes às reuniões de 15 de maio (manhã e tarde, respetivamente), foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**2. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 138/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Proceda à alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD).**

O Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 138/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), recordando o objetivo do diploma, de clarificação do enquadramento de

normas do Código do IRS, e dando conta do contributo remetido, sobre a matéria em apreço, pelo Comité Paralímpico de Portugal. O parecer foi, de seguida, votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 142/XII/2.ª (GOV) – Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD).**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 142/XII/2.ª \(GOV\)](#), recordando as principais disposições da iniciativa legislativa, no contexto do acórdão do Tribunal Constitucional sobre o Orçamento do Estado para 2013. O Senhor Deputado recordou terem sido remetidos à Comissão, posteriormente à submissão do seu parecer, as pronúncias da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, disponíveis na página internet da iniciativa. O parecer foi, de seguida, votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE. O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) proferiu uma declaração de voto oral, na qual explicitou o sentido de voto quanto ao distanciamento do teor da proposta de lei, e não do parecer.

**4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 127/XII/2.ª (GOV) – Proceda à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.**

Os Grupos Parlamentares apresentaram, até ao dia 10 de maio, propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 127/XII/2.ª \(GOV\)](#), tendo a Comissão procedido à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, quadros comparativos, Relatório de Votações e Texto Final (incluindo a republicação) pode ser consultado na [página internet da Comissão](#).

**5. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª (GOV) – Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo.**

Na sequência da sugestão apresentada na reunião anterior (*vide* ata n.º 176, referente à reunião de 15 de maio), foi apreciada a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para proceder à apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 132/XII/2.ª \(GOV\)](#). Nos termos

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

da grelha de *d'Hondt*, o GT deverá ser coordenado por um(a) Senhor(a) Deputado(a) do PSD, membro da COFAP e composto por Senhores Deputados das 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Comissões (1 por Grupo Parlamentar em cada Comissão), nos mesmos moldes e com as mesmas regras de funcionamento do GT constituído para a apreciação da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.<sup>a</sup> (GOV), sendo salvaguarda a realização, em plenário de Comissões, do debate e votação na especialidade.

Sobre esta matéria, foi feito um breve debate, no âmbito do qual o Senhor Deputado Honório Novo (PCP) se manifestou desfavorável à proposta, pela dificuldade de articulação com as demais atividades da Comissão, bem como à criação de Grupos de Trabalho como regra para a apreciação de diplomas. Nestes termos, propôs que eventuais audições fossem realizadas nos moldes habituais de tramitação das iniciativas legislativas na Comissão. O Presidente em exercício, Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD), recordou que quer o presente GT, quer o anteriormente citado, se enquadram em casos específicos de cooperação entre duas Comissões (e não em regimes regra), no âmbito das conexões estabelecidas por Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, razão pela qual um GT, constituído por um número reduzido de Deputados, se revela de mais fácil articulação (do que dois plenários de Comissões). Por seu turno, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou o elevado número de audições da COFAP e a dificuldade de coordenação dos trabalhos parlamentares das diferentes Comissões a que pertencem os membros da COFAP correspondendo, em simultâneo, às expectativas das entidades ouvidas em audição. O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), manifestando compreensão quanto à argumentação já aduzida, considerou viável a existência de um ou dois GT na Comissão, ao que o Senhor Deputado João Galamba (PS), que subscreveu a criação de um GT, informou – enquanto Coordenador do outro GT – que os trabalhos deste último estão a terminar, após o que se consensualizou a criação do GT. O Senhor Deputado Honório Novo (PCP), não inviabilizando a sua constituição, distanciou-se da deliberação. O Grupo Parlamentar do BE esteve ausente da reunião.

**6. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 398/XII/2.<sup>a</sup> (PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE) – 3.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação.**

Não havendo sugestões de audições em sede de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 398/XII/2.<sup>a</sup> \(PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE\)](#), foi definido como prazo limite para apresentação de propostas de alteração o dia 24 de maio, e agendada a votação na especialidade do projeto de lei para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

**7. Apreciação e votação do parecer ao Relatório do Governo: Portugal na União Europeia – 2012.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).**

A apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

**8. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Eurogrupo – Resultados das apreciações aprofundadas realizadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011 sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2013)199].**

**Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).**

A apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada para a reunião seguinte da Comissão, na sequência do pedido apresentado pelo relator da iniciativa.

**9. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente em exercício deu conta das reuniões seguintes da Comissão.

A reunião foi encerrada pelas 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de maio de 2013

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,**

**PAULO BATISTA SANTOS**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Elsa Cordeiro  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
Honório Novo  
João Galamba  
João Pinho de Almeida  
José de Matos Rosa  
Paulo Batista Santos  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Jorge Paulo Oliveira  
Nuno Serra  
Paulo Ribeiro de Campos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
Miguel Frasquilho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Cabrita  
Nuno Reis  
Pedro Filipe Soares